

## **As Políticas Públicas Educacionais para a especificidade do Campo no Estado de Mato Grosso: Um percurso histórico em diálogo com os Movimentos Sociais do Campo**

Siqueira, Euzemar F. L.<sup>1</sup>  
Silveira, Ana Lucia Campos<sup>2</sup>

**Resumo:** A Educação é um direito público subjetivo, estando sob a responsabilidade do Estado a realização de sua oferta para todos os níveis e modalidades de ensino. Este trabalho tem por finalidade apresentar a trajetória histórica de atendimento a demanda nas escolas estaduais do estado de Mato Grosso, este vem compor ações que considerem as diversidades culturais existentes dentro do espaço geográfico na complexidade agrária existente, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades tradicionais. Após a aprovação do Parecer 36/2001 que trata das diretrizes operacionais da Educação do Campo homologada pela Resolução nº 01/CNE/2002 no estado, a Educação do Campo é normatizada pelo Parecer 202-B aprovada pela Resolução 126/2003. Atendendo as diretrizes nacionais em 2005 foi instituída uma equipe para efetivar as ações demandas para a Educação do Campo. Em 2006 compôs pela primeira vez um capítulo sobre a educação do campo no plano estadual de educação aprovado através da Lei 8.806/2008 – Assembléia Legislativa. Neste mesmo ano foi aprovada a Carta de Mato Grosso, resultado da reunião do CONSED –MEC –SEDUC/MT, aonde são traçadas linhas políticas assumidas por todos os Secretários da unidade federativa. A institucionalização do Comitê Interinstitucional Permanente da Educação do Campo se deu por meio de Portaria nº 145/2006 – publicada no Diário Oficial de 07 de julho de 2006, com o objetivo de discutir, propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas da Educação do Campo do Estado de Mato Grosso, a fim de que a sociedade se conscientize da necessidade de uma escola voltada para este alunado, observando o cumprimento das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo conforme preceitua a legislação federal e estadual e que contribuem para propostas e ações junto a gerencia da educação do campo. O Governo Estadual constituiu a Superintendência da Diversidade Educacional pelo Decreto nº 2.556, publicado no Diário Oficial de 19 de maio de 2010, passando a Gerencia de Educação do Campo a ser vinculada a esta Superintendência. Em 2010 o governo federal instituiu o Decreto Lei nº 7352 de 04 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União que dispõe sobre as Políticas de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Direcionado desta forma a Gestão das Políticas Públicas para as populações, agregando as demais bases legais que norteiam a Educação do Campo. A Gerencia de Educação do Campo, com finalidade de articular, integrar e operar as ações políticas e operacionais da Educação do Campo internamente com as outras Superintendências, setores e colegiados com vistas a dar praticidade as proposituras políticas e técnicas,

---

<sup>1</sup> Professora Mestre em Geografia, Servidora da SEDUC atuando na Gerencia de Educação do Campo, membro do Grupo de Pesquisa – GECA/UFMT

<sup>2</sup> Professora Especialista em Gestão Pública Educacional, Servidora da SEDUC atuando na Gerencia de Educação do Campo

como planejamento estratégico, operacional e financeiro para as escolas do campo, avaliar, monitorar, propor regulamentação de funcionamento, apoiar as iniciativas pedagógicas e metodológica e responder juridicamente pelos Programas e Projetos de âmbito estadual. A formação continuada é uma das formas de dar visibilidade a concretude das políticas direcionadas para a Educação do Campo, desta forma, no ano de 2008 ocorreu o processo seletivo para a especificidade do campo, hoje temos no quadro do CEFAPRO dos 15 pólos, com 13 (treze) Formadores para a Educação do Campo. O quadro de professores que atuam nas escolas do Campo, são na sua maioria interinos, e ainda temos alguns não habilitados (apenas com o Ensino Médio), devido a ausência de professores graduado na área para trabalhar no campo, o que demonstra a necessidade de se ter uma política diferenciada de formação inicial e continuada para as pessoas que atuam no campo, como é a oferta promovida pela UNB, mantenedora da licenciatura em Educação do Campo por Alternância. Em Mato Grosso essa demanda é atendida pela UAB nos pólos de Sinop e Cáceres, entretanto ainda é tímida, apontando que as Instituições Formadoras assumam esta demanda. O Estado atende **41.623** (Fonte BI/Seduc) estudantes ao todo, que tem seu acesso em **135** escolas, sendo que **12.485** estudantes estão estudando **741** salas anexas. O estado de Mato Grosso elaborou estrategicamente as suas orientações curriculares composto por cinco livros um contextualizando de forma geral a educação básica e suas modalidades, três para as áreas de conhecimento: Linguagem e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências Naturais, Matemática e suas Tecnologias e um específicas para as diversidades educacionais, onde se destaca em capítulo para tratar do currículo e metodologia para as escolas do campo em Mato Grosso, considerando que este processo esta em construção:

As ausências de Escola do Campo e de política educacional específica são também lembradas, pois nesse contexto, percebe-se historicamente o fluxo migratório campo-campo, cidade-campo e campo-cidade, muitas vezes caracterizado pela falta de estrutura. Na grande maioria das vezes o movimento se deu por falta de uma escola no campo e fundamentalmente, por falta de uma política educacional específica de educação voltada para a sua realidade. A partir deste “diagnóstico”, o Plano Estadual de Educação apresenta as diretrizes para a Educação do Campo para o Estado de Mato Grosso, reconhecendo: a diversidade dos povos do campo; a necessidade de articulação com as políticas nacionais, como também com as demandas e especificidades de cada região. Com base nisso, assumiu-se o compromisso de política pública de Educação do Campo, respeitando: o campo como um espaço de vida e de relações vividas, e ao mesmo tempo produto e produtor de cultura, tendo como princípios orientadores: qualidade; respeito às organizações e aos movimentos sociais e seus saberes; da identidade e da localidade; da cultura; e da formação dos sujeitos. (SEDUC, Orientações Curriculares 2010, pg. 120-121)

Assim a orientação curricular apresenta possibilidades de criações/recriações de práticas pedagógicas e, dialogando com uma nova ética, instigando as potencialidades dos educandos, pois:

A necessária promoção da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética ao lado sempre da estética. Decência e boniteza de mãos dadas. [...] não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres

e homens, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu processo formador (FREIRE, 1996, p. 36-37).

Por meio destas reflexões que agregam a riqueza cultural da vivência dos povos do campo, e que as orientações curriculares do estado de Mato Grosso propõe temáticas pautadas na ética e na estéticas na edificação de outro mundo possível.

As temáticas propostas nas orientações curriculares são:

- **A Construção da Cidadania**
- **Terra e Trabalho**
- **Os Povos do Campo: identidades, lutas e organizações.**
- **Sociedades Sustentáveis**

O que possibilita o professor a ter uma condução mais crítica possibilitando o trabalho com a realidade dos estudantes. Para tanto as escolas do campo necessitam de uma metodologia inovadora, criativa e contextualizada dando um suporte pedagógico a especificidade do campo, desta forma, as orientações curriculares recomenda as seguintes metodologias: Pedagogia da Alternância, Complexo Temático, Pedagogia de Projetos, Tema Gerador, Pesquisação, entre tantas outras.

Segundo as Orientações Curriculares a metodologia que a Escola do Campo a assumir no seu trabalho pedagógico, precisa ser coerente com algumas proposituras, tais como:

- a) Vinculação, articulação interativa com a vida e a realidade dos povos dos campos, suas lutas, suas experiências, seus saberes, suas organizações, seus movimentos e seus limites e potencialidades;
- b) Compromisso de realizar o processo ensino aprendizagem respeitando, valorizando e incorporando os saberes, as experiências e os conhecimentos dos povos do campo;
- c) Articulação e promoção dos diversos espaços e tempos pedagógicos;
- d) Compromisso com a transformação do campo, a partir dos projetos emancipatórios dos povos do campo. (SEDUC, Orientações Curriculares, 2010, pg.131)

No Estado de Mato Grosso, através da equipe da Educação do Campo desenvolvemos nas escolas do campo os seguintes projetos:

- PROJOVEM Campo – Saberes da Terra
- Programa Mais Educação para as escolas do Campo.
- Pedagogia da Alternância
- EMIEP- (Administração, Agroecologia, Meio Ambiente)

Está sendo implementada de forma gradativa nas partes diversificadas os temas de Agroecologia e Socioeconomia Sustentável. Observa-se que como resultado o estado de Mato Grosso está em um processo de construção e consolidação de suas políticas através de ações próprias supra citadas, assim como a implementação dos programas federais, desenvolvendo suas ações e políticas em diálogo constante com os movimentos sociais do campo, como o Comitê Interinstitucional Permanente da Educação do Campo- CIPEC/MT. Assim o Comitê participou de algumas ações no decorrer destes anos de funcionamento após a sua institucionalização, para cumprir o seu papel no acompanhamento do Plano Estadual de Educação; contribuir nas formações continuadas dos profissionais da educação junta a Gerencia da Educação do

Campo/SEDUC; Construção de princípios e na concepção de Agroecologia e da Economia Solidária como disciplina na matriz das escolas do Campo. A Educação do Campo provoca um Estado Articulador, aberto a diálogos com os movimentos sociais, na proposição e garantia de um conjunto de ações de forma participativa e democrática permitindo ser a Escola o lugar de diálogo entre os conhecimentos, saberes e fazeres.

## REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel G. Por um tratamento público da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castanha e DE JESUS, Sonia Meire S. Azevedo (Orgs.). Por uma Educação do Campo: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Articulação Nacional por uma Educação do Campo: Brasília – DF, 2004.

BRASIL.. . Parecer nº. 36/2001 CNE/CEB, Brasília – DF, 2001.

\_\_\_\_\_. Resolução nº. 01/2002 CNE/CEB, Brasília - DF, 2002.

\_\_\_\_\_. Panorama da Educação do Campo. Brasília: INEP, 2006.

\_\_\_\_\_. Resolução nº. 02/2008 CNE/CEB, Brasília - DF, 2008.

\_\_\_\_\_. Parecer nº. 03/2008 CNE/CEB, Brasília – DF, 2008

\_\_\_\_\_.Decreto Presidencial nº 7532 Brasília – DF, 2011

GARCIA, Rodney. **O Comitê Estadual de Educação do Campo: A Diversidade e a singularidade na Consolidação de Políticas Educacionais.** s.n.t., 2007

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. Questões Paradigmáticas da Construção de um Projeto Político da Educação do Campo. In. MOLINA. Monica Castagna & JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. Por Uma Educação do Campo: Contribuições de um Projeto de Educação do Campo. Caderno nº 5. Articulação Nacional pro uma Educação do Campo.Brasilia,2004

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Caderno SECAD, Educação do Campo: Diferença Mudando Paradigma. Brasília – DF, 2007.

MATO GROSSO. Orientações Curriculares, Caderno Diversidades Educacionail – Ed. Defanti. Cuiabá- MT, 2010.

RECK, Jair. (Org.). **Novas perspectivas para a educação do campo, contexto e concepções: (re)significando a aprendizagem e a vida.** Cuiabá-MT: Defanti, 2007

SIQUEIRA. E. F. L.; ROSSETTO. Onélia Carmem. As Políticas Públicas no Contexto da Educação do Campo no Estado de Mato Grosso. In: **I Seminário de Pesquisa em Educação do Campo: desafios teóricos e práticos.** Londrina-SC: UFSC, 2009. Disponível em: <http://www.seminarioeducampo.ced.ufsc.br>

SIQUEIRA. E. F. L. **Políticas Publicas Educacionais para a população do Campo e a inserção da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Produção e uso de Biocombustível –PNPB: Interfaces e Controvérsias.** Dissertação de Mestrado, ICHS/Departamento de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso.-: UFES, Cuiabá, MT, 2011.